

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS

**A EVOLUÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA NO PERÍODO
1999-2014.**

PÉTALA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Orientador: Prof. Dr. Leandro Gomes da Silva

TRÊS RIOS
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS

PÉTALA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**A EVOLUÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA NO PERÍODO
1999-2014.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Gomes da Silva

TRÊS RIOS

2016

PÉTALA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**A EVOLUÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA NO PERÍODO
1999-2014.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leandro Gomes da Silva (UFRRJ/ITR)

Prof.^a Dra. Ludmila Macedo Corrêa (UFRRJ/ITR)

Prof. Dr. Paulo José Saraiva (UFRRJ/ITR)

TRÊS RIOS

2016

Á minha mãe Lucinéa.

AGRADECIMENTOS

Leandro Gomes, meu orientador, agradeço pelas sugestões e atenção. Sempre se mostrou gentil e disponível para sanar qualquer dúvida. Desafiou meu modo de pensar e encarar cada parte deste trabalho, fazendo com que me deparasse com uma novidade a cada olhar.

Agradeço em especial a minha querida irmã e companheira de monografia Cinthia Rodrigues, pelo incentivo, paciência e pelas observações sobre a minha escrita. Sua opinião sempre muito importante, pois além de irmã também será amiga de profissão, e isso me enche de orgulho. Obrigada pela cumplicidade desde a infância!

Lucinéa de Moraes, minha mãe, agradeço a cumplicidade, carinho e o amor sincero. Obrigada pelo incentivo, pela torcida incansável e por compreender a minha ausência. Como diz Drummond, mãe é eternidade e luz que não apaga. Obrigada por ser minha luz sempre acesa!

Agradeço aos grandes amigos que a vida me presenteou nessa Universidade. Em especial Pedro Medeiros, Paulo Sipriano, Suélen Fernandes, Darcy Neto, Rosana Medeiros, Quéssia Rodrigues, Giuliano Manera, Rafael Rivetti e Talita de Paiva. Pessoas com quem tive o prazer de conviver e estabelecer uma amizade sincera e repleta de estudo, companheirismo e muita diversão.

Agradeço à Cynthia Lima, minha companheira em tempo integral: no trabalho, faculdade, inglês e academia. Amiga que dividiu o tempo e o espaço, sempre apoiando minhas ideias.

Fabírcia Carvalho, obrigada pela amizade, pelos momentos de descontração e por compartilhar seu material de estudo para agregar este trabalho.

Aos meus professores do Instituto Três Rios, agradeço pelo conhecimento transmitido e pelo despertar da paixão pela profissão. Cada professor, com seu modo diferente de lecionar, inspirou a vontade de aprimorar e continuar os estudos em Economia.

Agradeço às minhas amigas de São Paulo, em especial Daniella Serafim, Nathalia Lemos, Aline Garcia e Vanessa Leite. Obrigada por todos os anos de amizade, palavras de carinho e a compreensão pela ausência nos momentos mais importantes da vida de vocês. É uma amizade que vai além da distância e das diferenças.

Por fim, agradeço a Deus. Equilíbrio e Paz.

*“O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto [...]”.*

**Alberto Caeiro
(Heterônimo de Fernando Pessoa)**

RESUMO

Esta monografia apresenta a evolução da pauta exportadora brasileira de 1999 a 2014, período sob regime de câmbio flutuante, de modo a identificar sua mudança por meio da análise da composição e do comportamento das exportações. Para isso, busca analisar a participação por classe de produto no total do valor exportado, ressaltando a dinâmica dos índices de preço e de *quantum* das exportações. O trabalho está fundamentado teoricamente nas ideias de Prebisch que aborda o crescimento das exportações como um aspecto estratégico no sentido de impulsionar o crescimento econômico de países periféricos. Conclui-se que a grande participação de produtos básicos no valor total das exportações brasileiras sugere o processo de reprimarização da composição da pauta exportadora.

Palavras-chave: Pauta exportadora; Exportações; Reprimarização.

ABSTRACT

This paper presents the evolution of Brazilian exports from 1999 to 2014, period under floating exchange rate regime, in order to identify their change through the analysis of the composition and performance of exports. To that end, it aims to analyze the participation by product class in the total export value, emphasizing the dynamics of indexes of price and *quantum* of exports. The work is theoretically based on Prebisch's ideas that exports growth is as a strategic aspect in order to boost economic growth in peripheral countries. The conclusion of this work is that the large share of commodities in total value of exports suggests reprimarization of Brazilian exports.

Keywords: Brazilian exports; Exports; Reprimarization.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Reservas Internacionais (US\$ milhões): 1994 a 1999.....	23
Gráfico 2 – Exportações e Importações (US\$ milhões): 1990 a 1998	24
Gráfico 3 – Dívida Líquida do Setor Público (% PIB): 1994 a 1998.....	25
Gráfico 4 – Exportações, Importações e Balança Comercial (US\$ milhões): 1999 a 2014	30
Gráfico 5 – Valor das exportações (US\$ milhões): 1999 a 2014	33
Gráfico 6 – Exportações por fator agregado anos selecionados (% total do valor exportado).....	34
Gráfico 7 – Índice de preço das exportações e das importações e índice dos termos de troca: 1999 a 2014	35
Gráfico 8 – Os destinos das exportações brasileiras anos selecionados.....	37
Gráfico 9 – Índices de concentração CR4 e CR8 dos setores da CNAE.....	38
Gráfico 10 – Valor das exportações por classe de produtos (US\$ milhões): 1999 a 2014	39
Gráfico 11 – Valor das exportações por grupo de produtos industriais manufaturados e a intensidade no uso dos fatores (US\$ milhões): 1999 a 2014.....	40
Gráfico 12 – Valor das exportações por grupo de produtos industriais semimanufaturados e a intensidade no uso dos fatores (US\$ milhões): 1999 a 2014....	41
Gráfico 13 – Valor das exportações por grupo de produtos primários (US\$ milhões): 1999 a 2014	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Transações Correntes (US\$ milhões): 1994 a 1998	21
Tabela 2 - Reservas Internacionais: jan/1998 a jan/1999	25
Tabela 3 - Índice de preço e de <i>quantum</i> das exportações por fator agregado: 1999 a 2014	32
Tabela 4 – Valor das exportações por fator agregado (US\$ milhões): 1999 a 2014.....	49
Tabela 5 – Exportação por bloco econômico (US\$ milhões): 1999 a 2014.....	49
Tabela 6 – Participação dos quatro (k = 4) e oito (k = 8) maiores setores no total do valor exportado	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
1.1 – O papel das exportações	14
1.2 – As exportações como estratégia de crescimento econômico.....	15
1.3 – O progresso técnico e a balança comercial.....	18
CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA BRASILEIRA DE 1994 A 1999	21
2.1 – Da âncora cambial à crise de 1999	21
CAPÍTULO 3 – A EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE 1999 A 2014	28
3.1 – A discussão sobre a especialização das exportações brasileiras.....	28
3.2 – As exportações brasileiras no período de 1999-2014.....	30
3.3 – A evolução dos termos de troca.....	34
3.4 – Os destinos das exportações brasileiras.....	36
3.5 – Índices de concentração CR4 e CR8	37
3.6 – A evolução recente da especialização das exportações brasileiras.....	39
CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
ANEXO 1.....	49

INTRODUÇÃO

Ao longo do processo de crescimento dos países subdesenvolvidos, observa-se que o desequilíbrio do balanço de pagamentos constitui a principal restrição ao crescimento econômico de longo prazo. Esta restrição pode ser relacionada à baixa elasticidade-renda da pauta exportadora e, por este motivo, faz com que as exportações apresentem um importante papel para o equilíbrio do balanço de pagamentos e para o relaxamento da restrição externa ao crescimento.

De acordo com Prebisch, pensamento segundo o qual norteou este estudo, o crescimento das exportações é uma estratégia que impulsiona o crescimento econômico, visto que as exportações contribuíram para o processo de crescimento dos países da América Latina. Entretanto, destaca que a exportação de produtos primários com baixa elasticidade-renda não elevou o padrão de vida da sociedade, dada estrutura produtiva pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea. Portanto, a produção deveria passar pelo processo de industrialização, único meio para reter os efeitos do progresso técnico, elevando a elasticidade-renda das exportações.

Entre 1994 e 1998, a balança comercial brasileira passou de superavitária para deficitária, uma vez que, a demanda interna se deslocava para os produtos importados fruto da sobrevalorização do real somada à intensificação da abertura comercial, permitindo assim, a redefinição do papel do setor externo na economia. Para sustentar a sobrevalorização do real foi disponibilizado um grande volume de reservas internacionais, viabilizando um alto grau de ancoragem cambial. No decorrer deste período, a sobrevalorização da moeda nacional resultou em desequilíbrios fiscais e das contas externas e, diante disso, evidenciaram a insustentabilidade do regime de metas cambiais, sendo abandonado em 1999.

Em 1999, adota-se o sistema de câmbio flutuante seguido de um processo de overshooting da taxa de câmbio. A melhora no saldo da balança comercial é percebida no mesmo ano, porém, o saldo alcança um valor positivo apenas em 2001 permanecendo superavitário até o ano de 2013. As exportações seguiram uma trajetória de crescimento contínuo, atingindo um aumento significativo em 2008, fato possível graças à elevação do índice de preço de todas as classes de produtos que expressou um aumento superior ao índice de *quantum*. A partir de 2010, observa-se uma mudança na composição da pauta exportadora, de forma que os produtos básicos tornam-se a principal categoria no total do valor exportado.

No período de análise de 1999 a 2014, nota-se uma melhora no índice dos termos de troca influenciado pela dinâmica dos preços internacionais, em especial, das *commodities*. Os preços de tais produtos tiveram seu aumento liderado pelo efeito China, que exerceu um papel tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda, causando impacto nos preços internacionais. Cabe chamar a atenção para os anos de 2000 a 2014, período no qual as relações comerciais Brasil e China cresceram mais que o comércio entre Brasil e o resto do mundo e, a partir de 2009, a China transformou-se no principal destino das exportações brasileiras.

Esta monografia está dividida em três capítulos, além desta introdução e conclusão. O primeiro capítulo fundamenta teoricamente o que será exposto na análise da evidência empírica no capítulo três, a partir da contribuição de Prebisch. No segundo capítulo é realizada a exposição do antecedente do período estudado no tocante da política cambial que compreende os anos de 1994 a 1998, início do Plano Real. E por fim, o terceiro capítulo apresenta a composição da pauta exportadora por meio da análise do comportamento e da composição das exportações, de modo a identificar sua mudança no decorrer do período de 1999 a 2014.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O primeiro capítulo tem por objetivo fundamentar teoricamente o que será exposto na análise da evidência empírica no terceiro capítulo desta monografia, no qual será abordada a evolução da pauta exportadora brasileira no período de 1999 a 2014, a partir da análise da composição e do comportamento das exportações.

Neste capítulo será apresentado o papel das exportações e como esta variável impulsionou o crescimento econômico de países periféricos. Do mesmo modo, expressará a relação deste processo de crescimento à geração e difusão de progresso técnico, fatores determinantes no grau de competitividade de uma economia.

1.1 – O papel das exportações

Os efeitos restritivos ao crescimento resultantes do desequilíbrio do balanço de pagamentos são observados no decorrer do processo de crescimento dos países periféricos. Os países em desenvolvimento, no geral, dispõem de moedas não conversíveis e, por isso, estão sujeitos à restrição externa. Esta restrição é mais evidente em países cuja pauta exportadora apresenta baixa elasticidade-renda⁷, que é traço característico de países subdesenvolvidos (BUSATO, 2011).

As exportações são autônomas em relação ao nível de renda e produto doméstico, dado que dependem da renda e do nível de atividade do “resto do mundo”. De acordo com Medeiros e Serrano (2001), as exportações apresentam relevância estratégica associada à questão do financiamento e relaxamento da restrição externa ao crescimento. E, posto isto, é possível observar o duplo caráter macroeconômico das exportações, em que de um lado, geram divisas às importações e aos pagamentos externos e, de outro, constituem um dos vetores de demanda final (MEDEIROS, 2015).

No que concerne à geração de divisas à importação e ao financiamento externo, Carbinato (2011) aponta para o fato de que as exportações constituem uma fonte segura, quando comparada a outras formas de financiamento, uma vez que sua obtenção não necessita de uma contrapartida de saída de divisas. E, como fonte autônoma de demanda efetiva, o aumento das exportações gera o crescimento do produto. A dimensão macroeconômica da

⁷ De acordo com Varian (1999, p. 296), “a elasticidade-renda da demanda é utilizada para descrever como a quantidade demandada reage à variação na renda”.

exportação é influenciada pela estrutura produtiva, uma vez que a taxa de crescimento das exportações depende do tipo de produto exportado e de sua elasticidade-renda da demanda que, por conseguinte, influencia a taxa de crescimento do produto (REIS, 2015).

De acordo com Medeiros e Serrano (2001) a relação entre as exportações e o crescimento econômico chama a atenção para o debate polarizado entre o crescimento liderado pelas exportações e o crescimento liderado pelo mercado interno. No primeiro, a demanda externa é o principal componente da demanda final. Enquanto no segundo, os gastos autônomos são carro chefe da expansão e as exportações tornam-se resíduos deste crescimento. Desse modo, os autores concluem que a determinação do papel das exportações é subestimado quando se trata do relaxamento da restrição externa.

Além do debate polarizado entre o crescimento “orientado para fora” e o “orientado para dentro”, Thirlwall (2005) destaca a polarização existente entre os países ocasionada pelo círculo virtuoso de crescimento, “[...] no qual o aumento acelerado das exportações leva a um crescimento rápido da produção, e o crescimento rápido da produção leva a um aumento acelerado das exportações, por meio do impacto favorável do aumento da produção na competitividade.” (THIRLWALL, 2005, p. 44). Logo, a existência de polarização entre os países deve-se ao fato da dificuldade de entrada de alguns países nesse círculo virtuoso de crescimento.

1.2 – As exportações como estratégia de crescimento econômico

O crescimento das exportações é abordado por Raul Prebisch como um aspecto estratégico no sentido de impulsionar o crescimento econômico de países periféricos. Em suas palavras “[...] o aumento da produtividade nos países industrializados estimulou a demanda de produtos primários e, desse modo, representou um elemento dinâmico importantíssimo no crescimento da América Latina.” (PREBISCH, 2000a, p. 80). Entretanto, destaca que este tipo de exportação não elevou o padrão de vida da população, pois as vantagens da produtividade nos centros não foram estendidas à periferia em condições similares.

Bielstowsky (2000) destaca o antagonismo entre o “centro” e a “periferia” presente na escola cepalina que se originou do pensamento de Prebisch. Em relação às economias periféricas, a oposição encontra-se na estrutura produtiva pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, enquanto nas economias centrais esta estrutura é oposta,

consistindo em uma produção diversificada, com uma produtividade homogênea e a criação e difusão de tecnologias. Portanto, essa contrariedade corrobora para a existência de diferenças no processo de crescimento e distribuição de renda, afetando o padrão de vida da população.

Neste sentido, Prebisch (2000a) aponta que a industrialização torna-se um item estratégico de planejamento econômico e constitui o único meio para reter os efeitos do progresso técnico e, por conseguinte, elevar o padrão de vida da sociedade, visto que a poupança depende essencialmente do aumento da produtividade. Para isso, é imprescindível a adoção de equipamentos de qualidade superior e que estejam aptos a receberem uma renovação sistemática conforme o avanço da técnica. Logo, a industrialização dos países da América Latina concilia-se ao desenvolvimento da produção primária e, para atingir o objetivo social de elevar o padrão de vida, segue a mesma condição do desenvolvimento da indústria, como exposto pelo autor em sua obra:

A industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária. [...] Precisamos de uma importação considerável de bens capital e também precisamos exportar produtos primários para consegui-la. (PREBISCH, 2000a, p. 73).

Nos estudos de Prebisch (2000b), o crescimento econômico é condicionado à industrialização, que é sujeita ao progresso técnico. A promoção das mudanças na estrutura produtiva e no modo de satisfação das demandas interna e externa conduz estas economias ao desequilíbrio externo, afetando o crescimento econômico.

A partir da melhora do nível de emprego dos países latino-americanos pós-guerra, as importações de bens de consumo, bens de capital e matérias-primas sofreram uma elevação como resultado desse aumento relativo do nível de renda. Em contrapartida, as exportações não acompanharam esta nova dinâmica e mostraram-se insuficientes para satisfazer as importações elevadas, ocasionando em problemas no financiamento do passivo externo (PREBISCH, 2000a).

De acordo com Jayme Jr e Resende (2009), a restrição externa constitui um dos principais problemas dos países em desenvolvimento na questão do crescimento econômico de longo prazo. Estes autores afirmam que “[...] os frequentes desequilíbrios na balança comercial dos países em desenvolvimento são decorrência, entre outros fatores, de uma lenta e desigual geração e difusão de progresso técnico nessas economias” (JAYME JR; RESENDE, 2009, p. 9). Desta forma, afeta a competitividade no comércio internacional e, por

consequente, o crescimento econômico de países periféricos, dado que este crescimento depende do aumento da demanda externa por produtos de baixo teor tecnológico.

O progresso técnico demanda transformações no processo produtivo que implica no emprego de matérias-primas refinadas e complexas, na melhoria da utilização de produtos e na substituição de materiais. Posto isto, observa-se a redução da influência dos produtos primários no valor do produto final, diminuindo a quantidade destes produtos na renda real da população, e uma mudança no padrão de consumo incorrendo na diversificação da demanda. Assim, nos centros industriais, as importações de produtos primários tendem a crescer com menor intensidade que a renda real, ou seja, a elasticidade-renda da demanda de importações de produtos primários pelos centros tende a ser menor que um (PREBISCH, 2000b).

Para que se fizesse verdadeira a afirmativa de que “as importações devem ser pagas com exportações”, há a necessidade das elasticidades-renda da exportação e importação serem compatíveis. Entretanto, segundo Medeiros e Serrano (2001), os países da América Latina exportavam bens primários de baixa elasticidade-renda e importavam produtos industriais de alta elasticidade-renda, promovendo um crescimento a longo prazo com taxas menores comparados aos países centrais. Por este motivo, justifica-se a necessidade de industrialização:

[...] se os países latino americanos se mantivessem, à guisa de supostas “vantagens comparativas”, especializados em exportar produtos agrícolas de baixa elasticidade renda e em importar produtos industriais de alta elasticidade, a necessidade de fechar as contas externas tornaria inevitável que os países crescessem a longo prazo a taxa menores que os países industrializados. Tal constatação decorria da diferença das elasticidades-renda das importações, que tinham uma tendência estrutural a se acelerar em relação às exportações. (MEDEIROS; SERRANO, 2001, p. 107).

Carbinato (2011, p. 27) afirma que “[...] a diferença nas elasticidades-renda revela-se um fator limitante ao crescimento econômico de longo prazo, pois reduz taxa de crescimento econômico compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos [...]”. Logo, a industrialização elevaria a elasticidade-renda das exportações dos países da América Latina possibilitando a aproximação das taxas de crescimento dos países centrais e, assim, a redução da restrição externa (MEDEIROS; SERRANO, 2001).

Na concepção de Carbinato (2011), o relaxamento da restrição externa poderia ocorrer via políticas de industrialização por substituição de importações, que no período do pós-guerra foram favorecidas mediante a expansão das exportações. Em suas palavras:

[...] políticas de substituição de importações comprometidas com a construção de uma matriz industrial diversificada e sofisticada seria condição necessária para o alívio da restrição externa por dois canais: o primeiro, alterando a elasticidade-renda das importações no sentido de reduzi-la e o segundo, permitindo com que o País ingresse em mercados exportadores mais dinâmicos, ampliando a elasticidade-renda das exportações. (CARBINATO, 2011, p. 27).

A elasticidade-renda das exportações absorve fatores além do preço dos produtos acerca da competitividade externa de um país, como por exemplo, o conteúdo tecnológico, o grau de diferenciação em relação aos concorrentes no comércio internacional, o valor adicionado, entre outros fatores (OREIRO; LEMOS; SILVA, 2007). Portanto, a ampliação da elasticidade-renda das exportações está diretamente relacionada à taxa de crescimento das exportações, de modo que “[...] quanto maior for a elasticidade-renda das exportações, maior será a taxa de crescimento das exportações de um determinado país para uma mesma taxa de crescimento da renda do resto do mundo”⁸.

1.3 – O progresso técnico e a balança comercial

Segundo Fajnzylber (2000), a introdução insuficiente de progresso técnico marcou o processo de desenvolvimento da América Latina e foi responsável pela inserção desses países no conjunto vazio, gerado por uma matriz com a entrada dupla: crescimento e equidade. Ou seja, este conjunto “[...] corresponde aos países que poderiam ter alcançado, ao mesmo tempo, um crescimento mais acelerado que o dos países avançados e um nível de equidade superior a 0,4.”⁹ (FAJNZYLBBER, 2000, p. 853). E, o conjunto vazio está associado à incapacidade de abrir a “caixa-preta” do progresso técnico, cuja abertura ultrapassa os limites do industrial e empresarial, aprofundando as transformações no âmbito social. Logo, podemos confirmar o exposto na passagem:

O conjunto vazio estaria diretamente vinculado ao que se poderia chamar de incapacidade de abrir a “caixa-preta” do progresso técnico, tema no qual incidem a origem das sociedades latino-americanas, suas instituições, o contexto cultural e um conjunto de fatores econômicos e estruturais cuja vinculação com o meio sociopolítico é complexa, mas indiscutível (FAJNZYLBBER, 2000, p. 857).

Jayme Jr. e Resende (2009) relacionam o progresso tecnológico às exportações e importações, afirmando que ambos se constituem como elemento central para determinar o grau de competitividade de uma economia. Diante disso, os autores defendem um Sistema Nacional de Inovações (SI) que possibilite o avanço à fronteira tecnológica e, assim, uma

⁸ Oreiro, Lemos e Silva (2007, p. 98).

⁹ Em Fajnzylber (2000), o nível de equidade de 0,4 refere-se à relação entre os 40% de renda mais baixa e os 10% de renda mais alta.

maior diversificação da pauta exportadora, elevando o valor das exportações. Este, no entanto, dependerá também das seguintes características, a saber: estrutura de mercado dos bens exportados, do dinamismo do mercado e do grau de proteção do mercado. Segundo Jayme Jr e Resende (2009, p. 21) “[...] no país onde o SI é relativamente menos desenvolvido a elasticidade-renda da demanda de exportação tende a ser inferior à elasticidade-renda da demanda de importação, ensejando uma vulnerabilidade externa estrutural [...]”.

O desenvolvimento do Sistema Nacional de Inovação considera tanto as relações externas quanto as relações internas de um país. Ainda que a primeira possua uma importância crescente, a segunda torna-se fundamental para a análise da economia, de modo que, engloba o sistema nacional de ensino; as instituições técnicas e científicas; relações industriais; as políticas governamentais; as tradições culturais e muitas outras instituições (FREEMAN, 1995)¹⁰.

À medida que um país apresenta um Sistema Nacional de Inovação imaturo, sua economia tende a absorver um menor progresso tecnológico e, por conseguinte, um menor ganho de competitividade. Logo, estas economias sofrerão com desequilíbrios na balança comercial devido ao fato de seus produtos terem baixa competitividade no mercado internacional (MISSIO; JAYME JR, 2013). De acordo com Jayme Jr e Resende (2009), a competitividade de uma economia:

[...] será definida a partir da sua capacidade de competir tanto no mercado internacional como também no doméstico com as demais economias do mundo. Assim, o conceito de competitividade é relativo e envolve a comparação entre economias no que se refere à capacidade de exportar e de satisfazer a demanda interna por meio da produção doméstica, em detrimento das importações. Portanto, deve estar relacionada à sua capacidade relativa de gerar superávits na balança comercial (JAYME JR; RESENDE, 2009, p. 16).

O hiato tecnológico causado pela desigualdade de geração e difusão do progresso técnico entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos acarretam em desequilíbrios na balança comercial das economias em desenvolvimento, “[...] criando, para estas últimas, problemas de competitividade *vis-à-vis* as economias desenvolvidas e limitando, assim, a capacidade de inserção dessas economias no cenário do comércio mundial” (JAYME JR; RESENDE, 2008, p. 05).

Em linhas gerais, as exportações impulsionam o crescimento econômico dos países periféricos, porém a estrutura produtiva desses países, ao mesmo tempo pouco diversificada e

¹⁰ Ver Freeman (1995, p. 05).

tecnologicamente heterogênea, não contribui para o processo de crescimento e distribuição de renda se comparadas aos países do centro, o que afeta o padrão de vida da população. Para a melhoria desse padrão, discute-se a industrialização que elevaria a elasticidade-renda das exportações como fator primordial no planejamento econômico e o único elemento capaz de reter os efeitos do progresso técnico e, assim, elevar o padrão de vida da sociedade. Para isso, é imprescindível mudanças na estrutura produtiva e no modo de satisfação das demandas interna e externa. Entretanto, estas economias estão sujeitas ao desequilíbrio externo comprometendo o processo de crescimento econômico. Este desequilíbrio externo, como discutido por Jayme Jr e Resende (2009) ocorre pela desigualdade na geração e difusão de progresso técnico entre as economias periféricas e centrais, afetando a competitividade internacional e, por efeito, o crescimento econômico, principalmente devido à escassez de divisas.

CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA BRASILEIRA DE 1994 A 1999

Este capítulo tem por finalidade apresentar o antecedente dos anos 1999-2014 no tocante da política cambial do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-1998). Busca-se explicar o funcionamento do regime monetário de metas cambiais desde a sua implementação até a crise cambial de 1999, no qual foi indispensável a mudança de sistema para o regime de metas de inflação.

2.1 – Da âncora cambial à crise de 1999

A crise cambial de 1999 marca o início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e evidencia a necessidade de alteração no regime monetário de âncora cambial, vigente desde 1994. Tal regime ficou insustentável em função de uma grande redução no volume de reservas internacionais do país. Diante disso, abandonou-se a âncora cambial e o sistema passou a ser flexibilizado.

O regime monetário de metas cambiais, adotado desde o lançamento do Plano Real em 1994, apresentou sucesso para o combate à inflação até a crise cambial de 1999. Entretanto, após atingir a estabilidade de preços, este regime continuou vigorando por um período de tempo excessivamente prolongado tornando-se “uma estratégia quase permanente de condução da política monetária” (MODENESI, 2005, p. 349) pelo Banco Central de Brasil. No decorrer dos anos, a âncora cambial sofreu um desgaste como instrumento básico de política econômica causando a deterioração do saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, conforme observado na tabela 1, que registrou um déficit de US\$ 1,7 bilhão em 1994 e atingiu US\$ 35 bilhões em 1998.

Tabela 1 - Transações Correntes (US\$ milhões): 1994 a 1998.

Contas	Período				
	1994	1995	1996	1997	1998
Balança Comercial (FOB)	10.466	-3.352	-5.554	-8.364	-6.409
Serviços (líquido)	-14.743	-18.594	-20.483	-27.288	-30.351
Juros	-6.338	-8.158	-9.173	-10.390	-11.948
Outros Serviços	-8.405	-10.436	-11.310	-16.899	-18.403
Transferências Unilaterais	2.588	3.974	2.900	2.216	1.778
Saldo em Conta Corrente	-1.689	-17.972	-23.137	-33.437	-34.982

Fonte: Modenesi (2005). Elaboração própria.

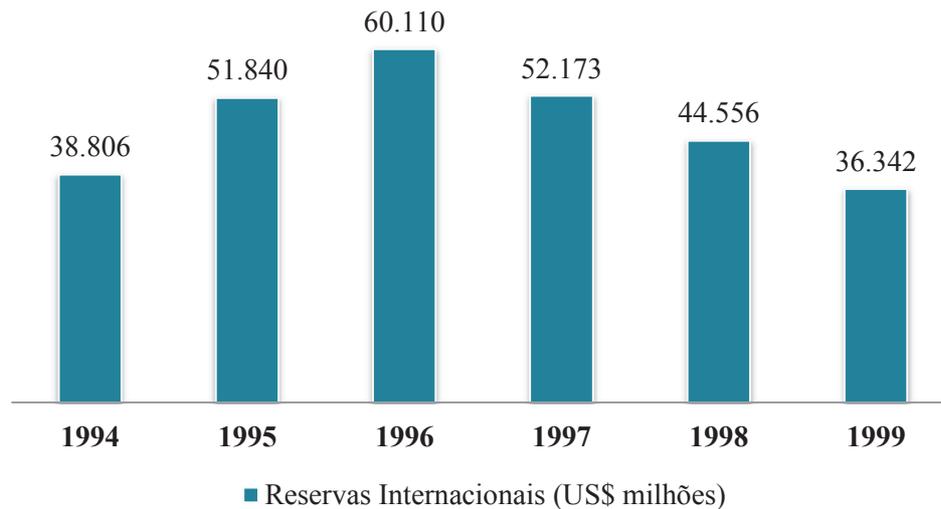
De acordo com Modenesi (2005), entre os anos de 1994 até a crise de 1999, a política cambial seguiu quatro etapas, com a adoção dos seguintes sistemas: i) flutuação cambial; ii) taxa de câmbio fixa; iii) banda cambial deslizante; e iv) banda cambial rastejante, que são explicados a seguir:

- i. A primeira etapa consistia na adoção do regime de flutuação cambial, que possibilitou a valorização do real devido ao influxo de capital externo decorrente de uma alta liquidez internacional e, visto isto, não houve a necessidade de intervenção pelo Banco Central no mercado de câmbio.
- ii. A segunda etapa se deu com o regime de câmbio fixo, no qual a taxa de câmbio nominal permaneceu praticamente estável, e a intervenção do Banco Central via leilões de compra de dólares teve o objetivo de interromper a valorização ocorrida anteriormente. Entretanto, a moeda doméstica manteve-se sobrevalorizada em virtude do excesso de liquidez internacional que foi interrompida, principalmente, pela crise mexicana no final de 1994. O efeito dessa crise refletiu no Brasil com a perda considerável de reservas internacionais e a medida do Banco Central foi a adoção de uma variante mais flexível do regime de metas cambiais.
- iii. Na terceira etapa, o Banco Central desvalorizou o real em 5% em virtude da redução das reservas internacionais e adotou o regime de banda larga de flutuações (ou banda deslizante), no qual a intervenção ocorria no seu interior, de modo a estipular uma minibanda de flutuação. Assim, as desvalorizações do real eram realizadas diariamente sem serem anunciadas.
- iv. A última etapa compreende entre 1995 e 1999 com a adoção de uma banda rastejante, em que as minibandas são sistematicamente ajustadas e as desvalorizações do real foram de aproximadamente de 0,6% ao mês, traçando uma trajetória ascendente quase linear da taxa de câmbio. O limite superior da banda teve uma elevação maior que o limite inferior, ou seja, o ponto médio da banda elevou-se gradativamente e a amplitude do intervalo de flutuação do real, distância entre o piso e o teto, aumentou progressivamente.

No início do Plano Real, a sustentação da sobrevalorização do real foi possível graças ao elevado volume de reservas internacionais que o país possuía o que viabilizou um alto grau de ancoragem cambial. Entre os anos de 1996 e 1999, o país perdeu um grande volume de reservas internacionais em virtude da reversão do quadro favorável de liquidez internacional, conforme demonstrado no gráfico 1, pressionado o Banco Central a reduzir o grau de

ancoragem cambial. Em suma, a política cambial manteve o real sobrevalorizado para tornar as importações relativamente mais competitivas e reduziu progressivamente o grau de sobrevalorização do real (MODENESI, 2005).

Gráfico 1 – Reservas Internacionais (US\$ milhões): 1994 a 1999.

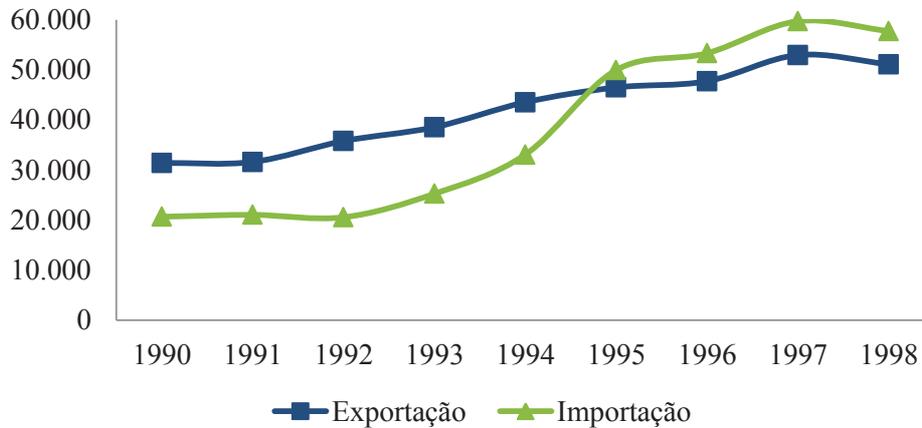


Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A sobrevalorização do real somada à intensificação da abertura comercial¹¹ permitiu a redefinição do papel do setor externo na economia brasileira, resultando no deslocamento da demanda interna para os produtos importados, ou seja, expondo os setores produtivos nacionais à concorrência dos produtos internacionais. Desse modo, é possível observar que em 1995 (gráfico 2), as exportações alcançaram US\$ 46,5 bilhões e foram superadas pelas importações que totalizaram US\$ 49,9 bilhões, impactando em déficit na balança comercial de US\$ 3,4 bilhões no mesmo ano e de aproximadamente US\$ 8,4 bilhões no ano de 1997(tabela 1).

¹¹ O processo de abertura comercial e financeira iniciou no governo Collor em 1990.

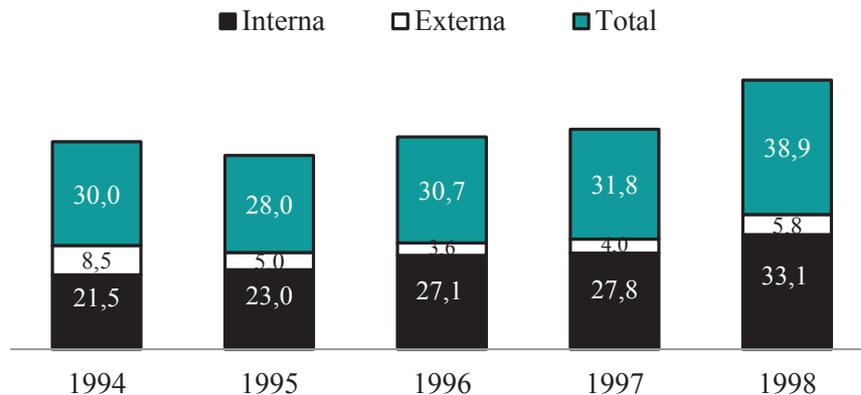
Gráfico 2 – Exportações e Importações (US\$ milhões): 1990 a 1998.



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A consequência da sobrevalorização do real sobre as contas externas foi de aumento do déficit em conta corrente. Para suavizar tal efeito, o equilíbrio do balanço de pagamentos foi mantido via influxo de capitais externos, que foi possível mediante a elevação da taxa de juros Selic, gerando um aumento da despesa financeira do país. Assim, pode-se concluir que a entrada de capitais externos atraídos pelas altas taxas de juros contribuiu para o financiamento dos crescentes déficits em conta corrente e a manutenção das reservas internacionais, e que a sustentação do real artificialmente sobrevalorizado com o regime de âncora cambial exigia uma política monetária contracionista (MODENESI, 2005).

A manutenção da taxa Selic em níveis muito elevados com objetivo de atrair capitais internacionais impactou negativamente as contas públicas. Dado que uma parcela relevante da dívida pública interna é atrelada à taxa Selic, a dívida líquida do setor público apresentou um aumento expressivo. O comportamento dessa variável, demonstrado no gráfico 3, indica que a relação dívida líquida/ PIB passou de 30% em 1994 para 38,9% em 1998.

Gráfico 3 – Dívida Líquida do Setor Público (%PIB): 1994 a 1998.

Fonte: Giambiagi e Além (2011). Elaboração própria.

Segundo Modenesi (2005), os desequilíbrios fiscais representavam uma ameaça ao regime monetário vigente, uma vez que tornava necessária a adoção de austeridade fiscal para sustentar o próprio regime monetário de metas cambiais. Concomitante a esta instabilidade, verificou-se a partir de abril de 1998 uma deterioração das reservas internacionais que passa de US\$ 75 bilhões para US\$ 36 bilhões em janeiro de 1999, como observado abaixo na tabela 2. Esta redução brusca das reservas internacionais foi resultado da ação do Banco Central em garantir que taxa de câmbio não ultrapassasse a linha superior da banda, visto que havia uma elevação na demanda por moeda estrangeira em razão da expectativa de desvalorização cambial.

Tabela 2 - Reservas Internacionais: jan/1998 a jan/1999.

mês/ano	US\$ milhões
jan/98	53.103
fev/98	58.782
mar/98	68.594
abr/98	74.656
mai/98	72.826
jun/98	70.898
jul/98	70.210
ago/98	67.333
set/98	45.811
out/98	42.385
nov/98	41.189
dez/98	44.556
jan/99	36.136

Fonte: Modenesi (2005).

Os esforços em assegurar a sobrevalorização da moeda nacional resultaram em desequilíbrios fiscais e das contas externas que, diante disso, evidenciaram a insustentabilidade do regime de metas cambiais. A partir de janeiro de 1999, o Banco Central decidiu manter o volume de reservas internacionais que ainda restavam e deixou de intervir no mercado cambial, permitindo assim, que o mercado determinasse a taxa de câmbio, no qual se estabeleceu o sistema de flutuação suja da taxa de câmbio¹².

Frente à adoção do sistema de câmbio flutuante, a economia exigia uma nova âncora nominal para a manutenção da estabilidade de preços. Levando em consideração a volatilidade da taxa de câmbio, o instrumento considerado mais adequado para este fim foi o regime de metas de inflação, instituído em junho de 1999. Este regime propunha assegurar o cumprimento de uma meta para a taxa de juros Selic ajustada segundo a expectativa da inflação, de modo que, se a inflação é superior (inferior) à meta, há uma elevação (redução) da taxa de juros. Assim, a taxa Selic garantirá que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mantenha-se no intervalo fixado pelo Conselho Monetário Nacional¹³.

Dessa maneira, a taxa Selic pode afetar a variação do nível geral de preços por meio da taxa de câmbio. Este canal de transmissão de política monetária exerce impacto de efeitos primários e secundários sobre a inflação. O efeito direto se dá pelo impacto dos bens que seguem um preço de referência internacional, como notadamente é o caso das *commodities*, sobre o IPCA, como, por exemplo, o petróleo. O efeito indireto ocorre, através dos setores que utilizam insumos importados em sua produção.¹⁴

Em suma, o comportamento da taxa de câmbio desempenha um papel significativo sobre a inflação, dado que os preços estão vinculados direta ou indiretamente a este mecanismo de transmissão de política monetária¹⁵.

Para este trabalho, é mais importante pensarmos no impacto que a taxa de câmbio pode exercer sobre a pauta comercial brasileira. O que podemos perceber é que a evolução da

¹² De acordo com Carvalho e Silva (2007, p. 306), “o Banco Central permite que a taxa de câmbio flutue, intervindo caso atinja certos limites considerados indesejáveis para a estabilidade da economia”.

¹³ Segundo Modenesi (2005), o Conselho Monetário Nacional fixa uma meta referente à taxa de variação do IPCA. De acordo com a definição do Banco Central do Brasil, o CMN é um órgão do Sistema Financeiro Nacional que tem como responsabilidade formular a política da moeda e do crédito com objetivo de estabilizar a moeda e prover o desenvolvimento econômico e social do País.

¹⁴ Modenesi (2005).

¹⁵ O comportamento da taxa de câmbio torna-se importante para a determinação do efeito *pass-through* na economia. Segundo Ferreira e Braga (2015), o efeito *pass-through* é definido pela transmissão dos movimentos da taxa de câmbio para os preços domésticos. O grau do *pass-through* é a elasticidade da taxa de câmbio-preço, ou seja, o impacto causado nos preços diante de uma mudança na taxa de câmbio.

taxa de câmbio está subordinada ao funcionamento do sistema de metas de inflação, e não a determinado objetivo de resultado da balança comercial ou de todo o balanço de pagamentos. A evolução da taxa de câmbio como resultado da política monetária ajuda a explicar o desempenho do comércio exterior brasileiro.

CAPÍTULO 3 – A EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE 1999 A 2014

O propósito deste capítulo é analisar a evolução das exportações brasileiras desde a adoção do regime de câmbio flexível em 1999 até 2014, e apresentar a composição da pauta exportadora por meio da análise do comportamento e da composição das exportações, de modo a identificar sua mudança no decorrer desse período. Inicia-se com uma discussão sobre a especialização das exportações, e em seguida é exposto os dados das exportações do período em questão. Analisa-se os termos de troca, os principais destinos das exportações e os indicadores de concentração CR4 e CR8. Por fim, é realizada a análise da evolução recente da especialização das exportações brasileiras.

3.1 – A discussão sobre a especialização das exportações brasileiras

Nos anos 1990, a economia brasileira apresentou uma reespecialização com redução da diversificação da estrutura produtiva, como consequência do baixo crescimento das exportações e elevado crescimento do coeficiente de importações. Esta reespecialização promoveu o efeito de concentração da pauta exportadora em produtos de baixo teor tecnológico e baixo dinamismo no comércio internacional, revertendo o sistema industrial de superavitário para deficitário (MEDEIROS; SERRANO, 2001). Assim, o crescimento da elasticidade-renda das exportações favoreceu uma forte especialização em setores intensivos de recursos naturais em relação aos setores de capital e tecnologia (CARVALHO; GIUBERTI, 2010).

Segundo Medeiros e Serrano (2001), as exportações de produtos com baixa elasticidade-renda não favorecem a redução da assimetria existente entre o crescimento dos passivos externos e o das exportações, que se constitui no entrave para o crescimento da economia brasileira. Para reversão deste quadro, é necessária “[...] uma estratégia agressiva de promoção das exportações, complementada por uma inevitável substituição de (algumas) importações de forma a manter as contas do balanço de pagamentos numa trajetória sustentável” (MEDEIROS; SERRANO, 2001, p. 128).

Na visão de Reis (2015), o Brasil apresenta sinais de defasagens em sua matriz produtiva em razão da perda de complexidade das exportações e dos seus efeitos no que diz respeito à geração de renda e emprego. As consequências deste cenário são o aprofundamento

da restrição externa e o comprometimento do financiamento do desenvolvimento em virtude dos déficits comerciais; e a diminuição do potencial de crescimento no médio e longo prazo dado que a especialização encontra-se menos complexa.

De acordo com a análise de Gomes (2010) o padrão das exportações brasileiras no período de 2003 a 2008 indica que, apesar de ter ocorrido um aumento das exportações houve uma tendência à especialização regressiva da economia, em outras palavras, o país tornou-se mais exportador de produtos primários. Assim, o autor conclui que o crescimento das exportações se deu tanto pelo preço quanto pela quantidade, no qual foi possível a partir da conjuntura internacional que permitiu o crescimento do preço médio das exportações, embora a mudança da composição da pauta tenha caminhado em direção a bens de menor valor adicionado.

Carvalho e Silva (2008) apontam em seus resultados em relação ao crescimento da exportação que o efeito quantidade é maior que o efeito preço, indicando o efeito flexibilidade da pauta negativo das exportações agrícolas brasileiras. Ou seja, o efeito negativo indica a concentração em produtos em que os preços e quantidades variam em direção inversa, assim, prevalecem produtos no qual a quantidade exportada cresce (diminui) não obstante a queda (aumento) no preço. Estes autores ainda chamam a atenção para o crescimento além do potencial das exportações agrícolas em virtude do aumento expressivo da competitividade e, após o período de mudança cambial em 1999, predominam os produtos cuja quantidade exportada varia inversamente ao preço.

Na concepção de Jayme Jr e Resende (2008), a especialização das exportações brasileiras possui três desvantagens, a saber:

Em primeiro lugar, o mercado internacional de commodities é menos dinâmico do que o de produtos tecnologicamente mais sofisticados. Em segundo lugar, as commodities estão sujeitas a maiores variações de preços que os produtos de maior conteúdo tecnológico pelo fato dos seus produtores serem essencialmente tomadores de preços. Por fim, as commodities primárias são mais vulneráveis a práticas protecionistas, especialmente em países desenvolvidos como os Estados Unidos e os países europeus (JAYME JR; RESENDE, 2008, p. 14).

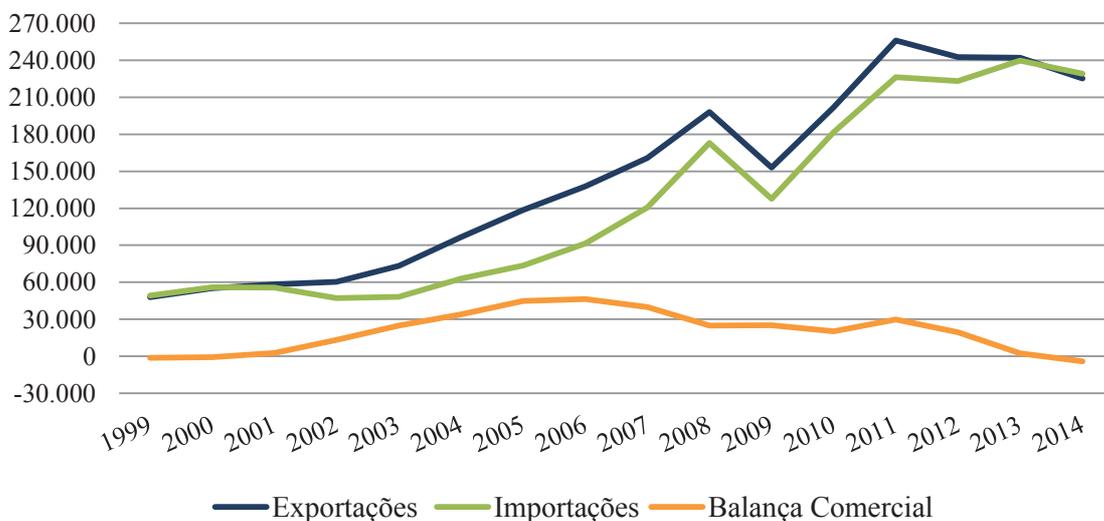
Nesse sentido, o setor externo brasileiro se mantinha vulnerável às mudanças na economia mundial, ainda que a balança comercial apresentasse um saldo superavitário em razão do comportamento positivo das exportações de *commodities* primárias (JAYME JR; RESENDE, 2008).

Na perspectiva de Carbinato (2010), a recuperação da atividade econômica brasileira foi possível devido ao relaxamento da restrição externa observado após o ano de 2003. Este alívio externo se deu em virtude de mecanismos institucionais de estímulo à exportação, à desvalorização cambial, ao crescimento da economia internacional e à alta dos preços internacionais das *commodities*. E, permitiu a retomada do crescimento econômico com taxas compatíveis com o balanço de pagamento. “Contudo, do ponto de vista da composição, verificou-se uma ampliação do peso das *commodities* na pauta exportadora brasileira, o que reduz a elasticidade-renda das exportações e prejudica, estruturalmente, a restrição externa do País.” (CARBINATO, 2010, p. 118).

3. 2 – As exportações brasileiras no período de 1999-2014

Após o abandono do regime de metas cambiais em 1999, houve inicialmente um processo de *overshooting* da taxa de câmbio. A desvalorização do câmbio desestimulou as importações de bens e serviços, e a melhora no saldo da balança comercial é percebida no mesmo ano, porém, registra um superávit somente no ano 2001 de aproximadamente US\$ 2,7 bilhões, resultado do saldo de exportação de US\$ 58,3 bilhões e importação de US\$ 55,6 bilhões, como observado no gráfico 4. A balança comercial apresentou um resultado positivo até o ano de 2013, e no último ano de análise deste trabalho observa-se a reversão no saldo comercial com déficit de US\$ 4 bilhões.

Gráfico 4 – Exportações, Importações e Balança Comercial (US\$ milhões): 1999-2014.



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

As importações seguiram uma trajetória de crescimento acompanhando as exportações a partir do ano de 2004. Esta evolução foi possível graças ao aquecimento da economia doméstica e ao processo de apreciação da taxa de câmbio, que passou de R\$ 3,59 para R\$ 2,87 no fim de 2003¹⁶. O *quantum* das importações está diretamente relacionado aos movimentos de retração e expansão da economia brasileira, o que explica sua queda nos anos de 2000 a 2002 em virtude do baixo desempenho econômico e da desvalorização da taxa de câmbio¹⁷.

Em 2008, as exportações saltam para o maior valor apresentado desde o primeiro ano de análise deste trabalho com saldo equivalente a 198 bilhões de dólares. Este resultado positivo das exportações está relacionado ao comportamento do comércio internacional que apresentava um cenário expressivo de expansão da demanda desde 2003, atingindo uma taxa média de crescimento anual de 4,6% até 2007¹⁸. O aumento da participação de mercados não tradicionais nos destinos das exportações como a Europa Oriental, América Latina, Ásia e Oceania; e a elevação da demanda pelos mercados tradicionais como União Europeia, Estados Unidos e Argentina, resultou no impulso do crescimento das exportações brasileiras¹⁹.

O aumento significativo das exportações no ano de 2008 esteve atrelado à elevação do índice de preços dos produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados, que expressou uma elevação superior ao índice de *quantum* das exportações. Sendo assim, pode-se observar na tabela 3 que a alta mais expressiva do índice de preço refere-se às exportações de produtos básicos, no qual se verifica um crescimento contínuo de 2003 a 2008 correspondendo a um aumento de 139%. Para o mesmo período, os produtos semimanufaturados e manufaturados tiveram uma alta nos índices de preço de 110% e 67% respectivamente. No que diz respeito ao *quantum*, é possível verificar que todas as classes de produtos tiveram uma trajetória de crescimento entre os anos 2000 e 2007. A partir de 2008, apenas os produtos básicos apresentaram elevação do índice, enquanto os produtos semimanufaturados e manufaturados sofreram períodos de contração e expansão sempre quando comparados ao ano anterior.

¹⁶ Ver Modenesi (2005, p. 382).

¹⁷ Ver Machoski, Caldarelli e Camara (2015).

¹⁸ Ver Giambiagi e Além (2011, p. 193).

¹⁹ Informação retirada do conteúdo do DVD comemorativo dos 200 anos do comércio exterior brasileiro, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Tabela 3 - Índice de preço e de *quantum* das exportações por fator agregado: 1999 a 2014.

Período	Produtos					
	Básico		Semimanufaturado		Manufaturado	
	Preço	<i>Quantum</i>	Preço	<i>Quantum</i>	Preço	<i>Quantum</i>
1999	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2000	98,0	108,5	114,4	93,1	101,0	118,0
2001	89,7	144,6	102,4	100,8	101,0	119,5
2002	86,1	166,7	97,7	114,9	96,3	125,6
2003	95,0	188,5	108,8	126,1	95,7	152,0
2004	113,0	213,6	124,5	135,1	101,5	191,6
2005	128,4	228,7	139,3	143,6	112,6	212,3
2006	140,4	242,5	164,5	148,7	126,6	216,9
2007	160,9	271,2	182,4	149,7	137,2	223,9
2008	227,2	271,8	228,5	148,4	159,4	212,7
2009	187,4	279,6	182,2	140,9	150,1	164,2
2010	244,3	311,5	235,1	150,3	162,9	178,8
2011	320,8	322,8	284,4	158,7	185,7	181,8
2012	294,5	325,7	264,9	156,2	185,2	179,2
2013	290,3	329,2	238,3	160,5	179,9	189,0
2014	264,6	350,2	228,3	159,5	178,2	164,7

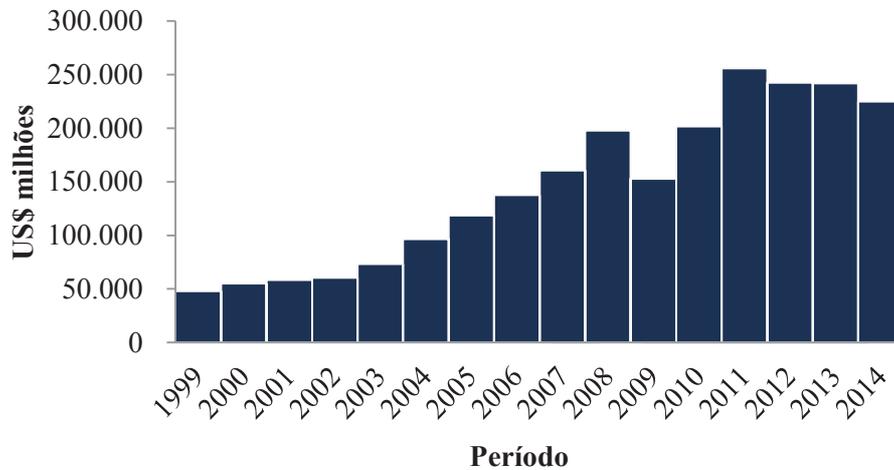
Base: 1999 = 100

Fonte: Funcex. Elaboração própria.

A crise financeira internacional de 2007/2008 refletiu de forma acentuada na balança comercial brasileira no ano de 2009 (gráfico 4). A redução do fluxo de comércio internacional impactou fortemente nas exportações e importações brasileiras que apresentaram uma queda de aproximadamente US\$ 45 bilhões em relação ao ano anterior. A recuperação das exportações pode ser percebida já em 2010, totalizando US\$ 202 bilhões (gráfico 5), valor superior ao observado no período pré-crise.

Em 2009, verifica-se a redução dos índices de preço dos fatores agregados das exportações como um todo, entretanto, o índice dos produtos básicos sofreu uma queda inferior às outras classes de produtos, e seu índice de *quantum* foi o único que permaneceu com a trajetória de crescimento. Desse modo, pode-se constatar que a queda no valor das exportações foi suavizada pelo desempenho dos produtos básicos que registrou um aumento no índice de *quantum* em relação ao ano de 2008.

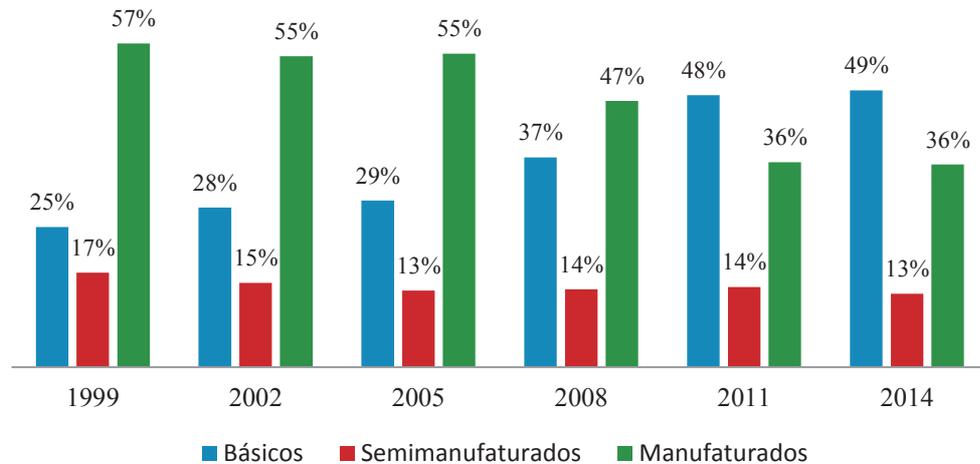
Gráfico 5 – Valor das exportações (US\$ milhões): 1999 a 2014.



Fonte: Funcex. Elaboração própria.

O biênio 2010/2011 apresentou uma recuperação do crescimento das exportações, alcançando em 2011 o maior valor registrado nesse estudo, o equivalente a US\$ 256 bilhões (gráfico 5). Pode-se observar que esse resultado positivo está relacionado tanto à evolução do índice de preços quanto do índice de *quantum* exportado (tabela 3). Em 2012, 2013 e 2014, o valor das exportações correspondeu à média de US\$ 236,5 bilhões, mantendo um patamar elevado em relação aos anos anteriores, porém, percebe-se que o saldo da balança comercial reduziu em detrimento da elevação do valor das importações que passou de US\$ 223 bilhões em 2012 para US\$ 229 bilhões em 2014. Logo, conclui-se que o saldo das exportações se mostrou insuficiente para equilibrar a balança comercial em 2014 que incorreu em déficit de US\$ 4 bilhões (gráfico 4).

A partir de 2010, o comportamento das exportações é guiado pela categoria de produtos básicos, seguido pelos produtos manufaturados e semimanufaturados, apontando uma inversão na representatividade das categorias de produtos no total do valor exportado, no qual os produtos básicos permutam a posição com os produtos manufaturados e conduz a mudança na composição da pauta exportadora brasileira (gráfico 6).

Gráfico 6 – Exportações por fator agregado anos selecionados (% total do valor exportado).

Fonte: Funcex. Elaboração própria.

Entre 1999 e 2014, observa-se um crescimento de 826% dos produtos básicos, 264% dos semimanufaturados e 193% dos manufaturados²⁰. Em 1999, os básicos correspondiam a 25% do total do valor exportado, os semimanufaturados a 17% e os manufaturados a 57%. As participações das classes de produtos se alteram, de modo que em 2008 a representatividade dos básicos aumenta para 37% e dos semimanufaturados e manufaturados diminuem para 14% e 47% respectivamente. Já em 2014 está consolidada a posição dos produtos básicos com participação de 49%, seguido dos manufaturados com 36% e semimanufaturados com 13%²¹.

3.3 – A evolução dos termos de troca

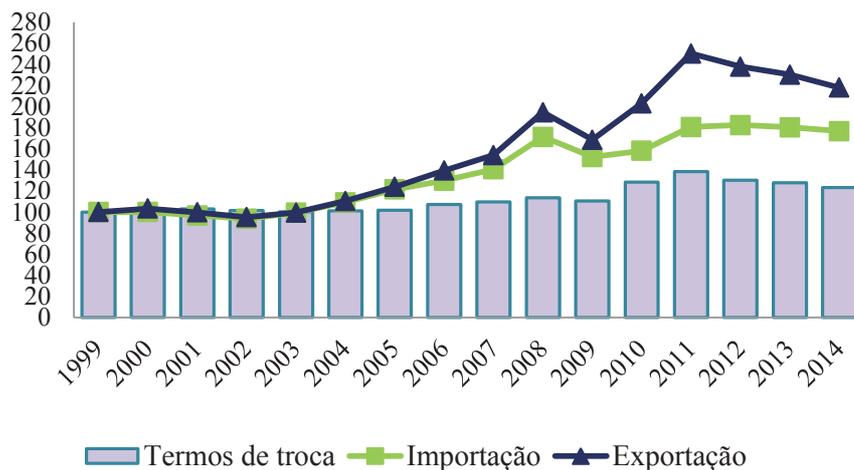
No decorrer da análise do período de 1999 a 2014, pode-se observar uma melhora nos termos de troca, isto é, o aumento do preço das exportações foi maior que a elevação do preço das importações. A evolução dos termos de troca apresentou um aumento contínuo nos anos de 2003 a 2008, e uma sutil deterioração no ano de 2009, fruto dos reflexos da crise financeira de 2007/2008 que contraiu o nível de atividade econômica do país em face da retração do comércio internacional e, diante disso, houve uma redução dos índices de preço no geral. No ano seguinte, o índice dos termos de troca se recupera, em virtude, principalmente, do aumento dos preços dos produtos básicos e atinge seu pico em 2011 (gráfico 7).

²⁰ A tabela 4 (Anexo 1) apresenta o valor das exportações por fator agregado para cada ano de análise deste trabalho.

²¹ A diferença no somatório dos percentuais refere-se às operações especiais, isto é, aos produtos não classificados.

Nota-se que desde 1999, o país apresentou elevação contínua do índice de *quantum* exportado em produtos básicos e “[...] em economias em que as *commodities* são parcela relevante de suas vendas externas, a dinâmica dos preços internacionais de tais produtos influencia fortemente o comportamento de seus termos de troca.” (FERRAZ, 2013, p. 27). O aumento dos preços das *commodities* foi liderado pelo efeito China, que exerceu um papel tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda, no qual possibilitou o aumento dos preços internacionais das *commodities*; estabilização dos preços das manufaturas; e a sustentação em níveis elevados dos termos de troca favorável aos países em desenvolvimento (PINTO; CINTRA, 2015). Vale ressaltar que, a partir de 2009, a China foi o principal destino das exportações brasileiras, permanecendo nesta posição até o fim desta análise²².

Gráfico 7 – Índice de preço das exportações e das importações e índice dos termos de troca: 1999 a 2014.



Base: 1999 = 100

Fonte: Funcex. Elaboração própria.

Entre os anos de 2012 e 2014, verifica-se uma queda do índice de preço das exportações e das importações, com redução mais expressiva da primeira. A diminuição do índice de preço das exportações está diretamente ligada ao comportamento das *commodities*, que sofreu uma queda associada ao “[...] baixo dinamismo das economias desenvolvidas, a desaceleração da economia chinesa e excesso de oferta em diversos produtos”²³. Portanto, conclui-se que a partir de 2012 o país vivenciou uma fase de deterioração dos termos de troca, como observado no gráfico 7.

²² As exportações para a Ásia corresponderam a aproximadamente US\$ 56,5 bilhões em 2010, valor superior ao observado para os demais continentes (ver tabela 5, Anexo 1).

²³ Pinto e Cintra (2015, p. 7).

3. 4 – Os destinos das exportações brasileiras

Entre os anos de 1999 e 2001, a exportação brasileira alcançou como principal mercado de destino o bloco econômico da Europa. Em 2001, este continente recebeu 30% da exportação total, valor equivalente a US\$ 17 bilhões²⁴. Em seguida destacam-se os países da América do Norte, América do Sul, Ásia, Oriente Médio, África, América Central e Oceania com participações de 28,9%; 17,6%; 12%; 3,5%; 3,4%; 2,4% e 0,5% respectivamente²⁵ sobre o total exportado. As exportações, em 2001, totalizaram US\$ 58 bilhões contribuindo para o saldo positivo da balança comercial de US\$ 2,7 bilhões.

O grande destaque para contribuição no crescimento mundial concerne ao forte crescimento da economia chinesa, que ao longo dos anos 2000 apresentou uma ascensão promissora frente à economia mundial. As exportações e importações chinesas correspondiam a 3,9% e 3,4% do total da exportação mundial em 2000, alcançando a participação de 8,9% e 6,9% em 2008, tornando-se o maior exportador e segundo maior importador mundial²⁶. Nos anos 2000 a 2010, as relações comerciais entre Brasil e China cresceram mais que o comércio entre Brasil e o resto do mundo, sendo confirmado pelo valor das exportações do Brasil para a China que passou de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 30,8 bilhões (respectivamente, 2% e 15% do total das exportações brasileiras). E as importações elevaram-se de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 25,6 bilhões (2% e 14% do total das importações brasileiras, respectivamente)²⁷. O crescimento da China ocasionou a elevação dos preços das *commodities* no mercado mundial, bem como o aumento dos índices de preços externos em geral²⁸.

²⁴ A tabela 5 (Anexo 1) apresenta o valor das exportações (US\$ milhões) por bloco econômico do período de 1999 a 2014.

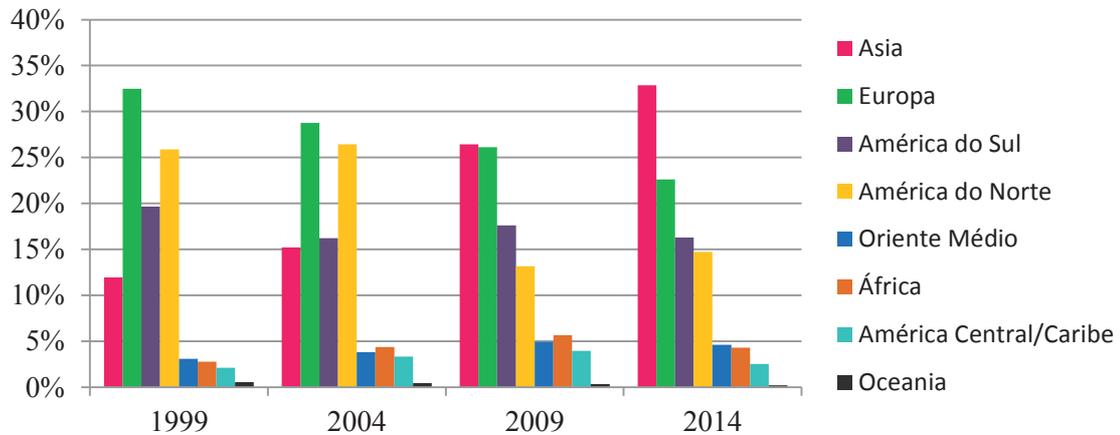
²⁵ O percentual restante de 1,7 corresponde à posição de país não declarado ou país sem informação.

²⁶ Ver Acioly, Pinto e Cintra (2011, p. 310).

²⁷ *Ibidem*. p. 315.

²⁸ Ver Giambiagi e Além (2011, p. 193).

Gráfico 8 – Os destinos das exportações brasileiras anos selecionados.



Fonte: Secex/MDIC. Elaboração própria.

Em 1999, as exportações eram destinadas principalmente para a Europa, correspondendo a 32% do total do valor exportado; acompanhada da América do Norte, América do Sul, Ásia, Oriente Médio, África, América Centra/Caribe e Oceania com participações de 26%; 20%; 12%; 3%; 2% e 1% respectivamente. Em 2004, observa-se o aumento das participações da Ásia para 15%, da África para 4% e da América Central/Caribe para 3%, entretanto, a liderança continua com a Europa com participação de 29% do total. Em 2009, a configuração se altera e a Ásia é identificada como principal destino com participação de 26%, seguida da Europa, América do Sul, América do Norte, África, Oriente Médio, e com participação menos expressiva, a Oceania. Em 2014, a participação da Ásia salta para 33%, seguida da Europa, América do Sul, América do Norte, Oriente Médio, África, América Central/Caribe e Oceania correspondendo a 23%; 16%; 15%; 5%; 4%; 3% e 0,2% respectivamente (gráfico 8).

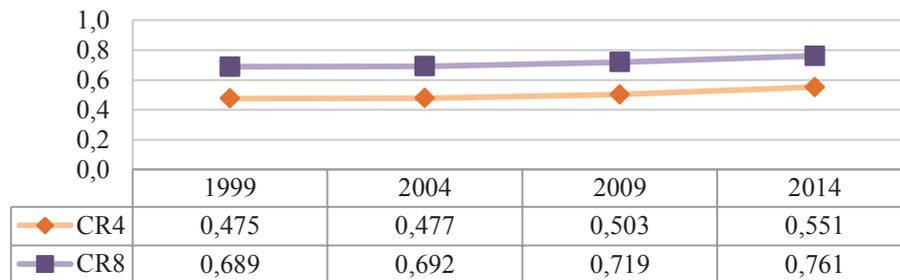
3.5 – Índices de concentração CR4 e CR8

Os quatro setores que tiveram maior participação no total do valor exportado, o índice de concentração, medido pela razão de concentração CR4²⁹, nos anos de 1999, 2004, 2009 e 2014, correspondeu a 47,5%; 47,7%; 50,3% e 55,1% respectivamente (gráfico 9). Nos anos de 1999 e 2004, a participação coube aos setores Agricultura e pecuária; Produtos alimentícios;

²⁹ Segundo Kupfer e Hasenclever (2013), a razão de concentração é dada pela equação $CR(k) = \sum_{i=1}^k s_i$ onde $k = 4$ ou $k = 8$ representa a participação das quatro ou oito maiores empresas; e s_i as parcelas de mercado de cada empresa.

Metalurgia; e Veículos automotores, reboques e carrocerias. Já em 2009 e 2014, excluiu-se este último e passou a fazer parte desse grupo o setor de Extração de minerais metálicos³⁰.

Gráfico 9 – Índices de concentração CR4 e CR8 dos setores da CNAE³¹.



Fonte: Funcex. Elaboração própria.

Ao considerar os oito maiores setores, a razão de concentração CR8 observado para a mesma série de tempo correspondeu a 68,9%; 69,2%; 71,9% e 76,1%. Destacaram-se em 1999 a Agricultura e pecuária; Extração de minerais metálicos; Produtos alimentícios; Celulose, papel e produtos de papel; Produtos químicos; Metalurgia; Máquinas e equipamentos; Veículos automotores, reboques e carrocerias. Em 2004, mantêm os setores citados anteriormente, excluindo apenas Celulose, papel e produtos de papel e incluindo Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores. Em 2004 e 2009, os setores com notoriedade são Agricultura e pecuária Extração de minerais metálicos; Produtos alimentícios; Produtos químicos; Metalurgia; Máquinas e equipamentos; Veículos automotores, reboques e carrocerias; Extração de petróleo e gás natural.

Quanto maior é o índice de concentração, maior a dependência da receita de exportação dos setores em questão. Portanto, conclui-se que no período estudado as razões de concentração CR4 e CR8 apresentaram um aumento contínuo, no qual o setor de agricultura e pecuária obteve destaque exibindo o maior aumento na participação do valor exportado, colaborando para a elevação destes índices.

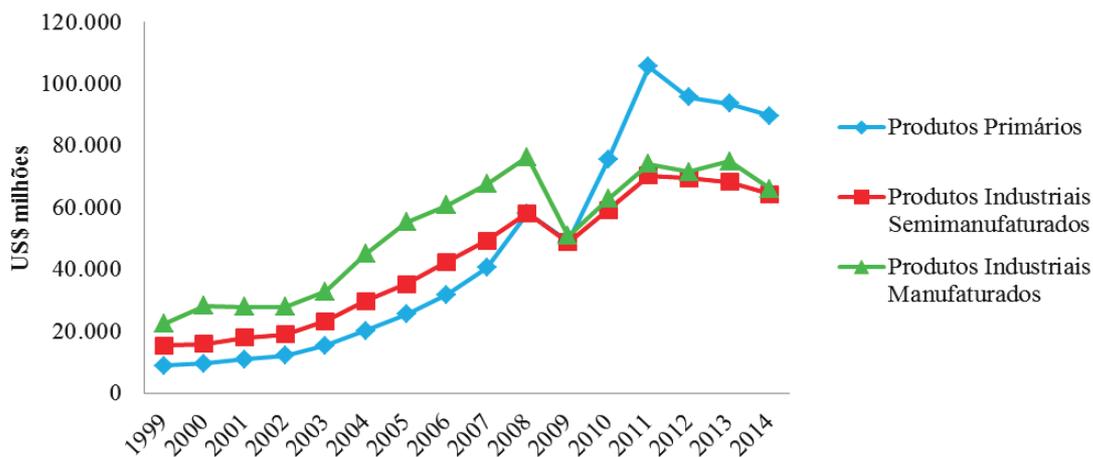
³⁰ As participações dos quatro e oito maiores setores estão relacionadas na tabela 6 (Anexo 1).

³¹ Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

3. 6 – A evolução recente da especialização das exportações brasileiras

As exportações brasileiras apresentaram um crescimento contínuo até o ano de 2008 como observado no gráfico 5. Em 2009, esse crescimento foi interrompido devido aos reflexos da crise internacional de 2007/2008 e o valor das exportações sofreu uma queda acentuada. Em 2010, o crescimento das exportações é retomado, voltando a recuar nos anos de 2012, 2013 e 2014. Pode-se observar no gráfico 10, que a liderança até 2009 pertenceu a classe de produtos manufaturados, seguido dos produtos semimanufaturados e primários. Essa configuração se inverte em 2010, e os produtos primários saltam para o primeiro lugar distanciando-se expressivamente dos produtos manufaturados e semimanufaturados, nos quais ocupam segundo e terceiro lugar até 2014.

Gráfico 10 – Valor das exportações por classe de produtos (US\$ milhões): 1999 a 2014.



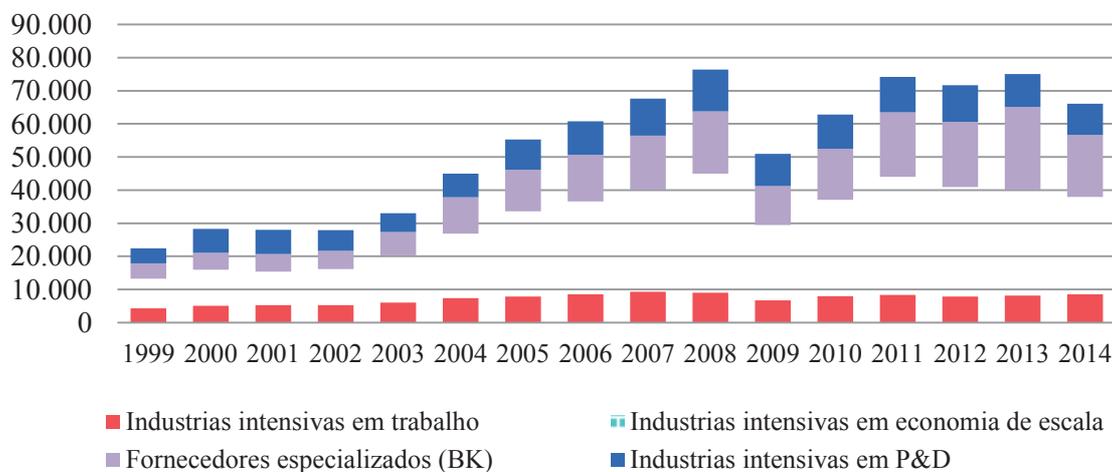
Fonte: Funcex. Elaboração própria.

No período de 1999 a 2009, os manufaturados eram a principal categoria da pauta exportadora (gráfico 10), representados pelas indústrias intensivas em trabalho, indústrias intensivas em economia de escala, fornecedores especializados em bens de capital (BK) e indústrias intensivas em pesquisa e desenvolvimento (P&D)³². O destaque se revelou às indústrias intensivas em economia de escala exemplificadas pelos produtos siderúrgicos; manufaturas de metais; veículos automotores, suas partes e peças; veículos férreos; embarcações etc. Alcançando seu maior valor no ano de 2008 com aproximadamente US\$ 36

³² A Funcex utilizou a metodologia baseada em Pavitt (1984, OCDE) para classificar os produtos em grupos segundo a origem setorial e a intensidade no uso de fatores.

bilhões em exportações (gráfico 11). Estas indústrias apresentaram um crescimento do valor exportado gradual e contínuo que foi interrompido em 2009 quando sofreu uma queda em torno de 13 bilhões de dólares. Seguido destas indústrias tivemos por ordem de maior valor exportado os fornecedores especializados em BK³³, as indústrias intensivas em P&D³⁴ e, por último, as indústrias intensivas em trabalho³⁵.

Gráfico 11 – Valor das exportações por grupo de produtos industriais manufaturados e a intensidade no uso dos fatores (US\$ milhões): 1999 a 2014.



Fonte: Funcex. Elaboração própria.

Os produtos industriais semimanufaturados são representados pelos produtos agrícolas intensivos em trabalho e em capital³⁶; pelos produtos minerais³⁷ e pelos energéticos³⁸. Os produtos com maior representatividade dessa origem setorial na pauta exportadora foram os produtos agrícolas intensivos em trabalho (gráfico 12), no qual podemos citar as carnes e miudezas comestíveis; as preparações de carne; os produtos lácteos; as tortas e farelos de sementes oleaginosas; os óleos comestíveis; as madeiras processadas; os couros curtidos, entre outros. Estes produtos demonstraram um crescimento contínuo durante quase todo o

³³ Os produtos possuem como característica a capacidade de inovação e alto grau de diversificação da produção, sendo assim, os bens de capital.

³⁴ Compreendem os produtos do setor aeroespacial, da química fina, do setor de telecomunicações, eletroeletrônicos, etc.

³⁵ Móveis; calçados; fios e tecidos de fibras têxteis; vestuário e confecções; manufaturas de couro e artigos de peleteria, etc.

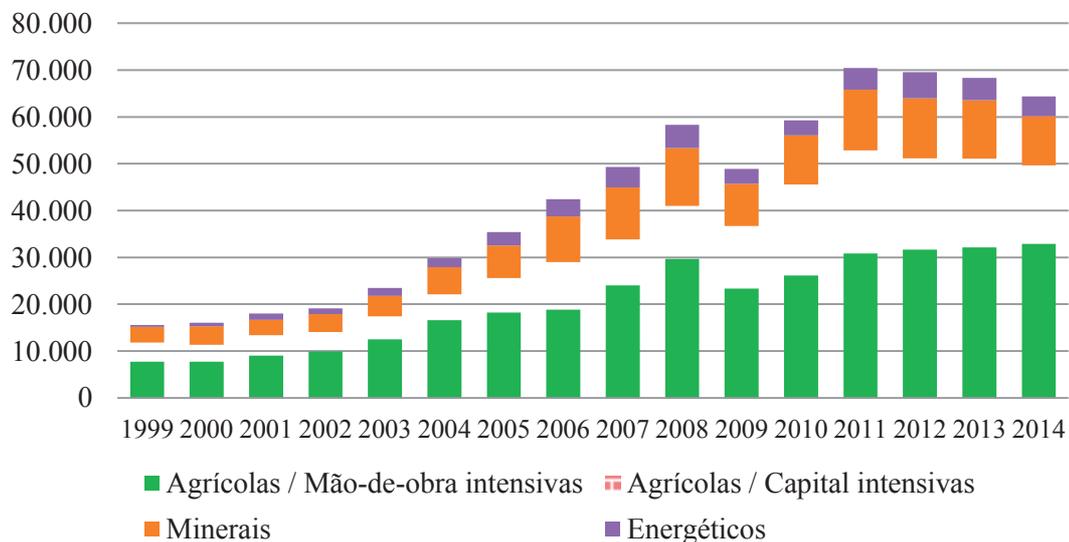
³⁶ Pasta química de madeira (celulose); açúcar; fumo manufaturado; peixes em conserva etc.

³⁷ Alumínios e demais metais não ferrosos; produtos químicos orgânicos e inorgânicos; adubos manufaturados; fios e fibras sintéticas etc.

³⁸ Incluem basicamente os óleos refinados de petróleo.

período de estudo, com exceção do ano de 2009 que acompanhou a queda devido aos reflexos da crise financeira de 2007/2008 e, atingiram seu maior valor de aproximadamente US\$ 33 bilhões em 2014. Os produtos agrícolas intensivos em capital diminuíram o valor exportado a partir de 2012, assim como, os produtos minerais. No que diz respeito aos produtos energéticos, estes atingiram o maior valor exportado em 2012 de US\$ 5,6 bilhões, entretanto observa-se que no biênio 2013/2014 apresentaram um resultado declinante, como verificado no gráfico 12.

Gráfico 12 – Valor das exportações por grupo de produtos industriais semimanufaturados e a intensidade no uso dos fatores (US\$ milhões): 1999 a 2014.



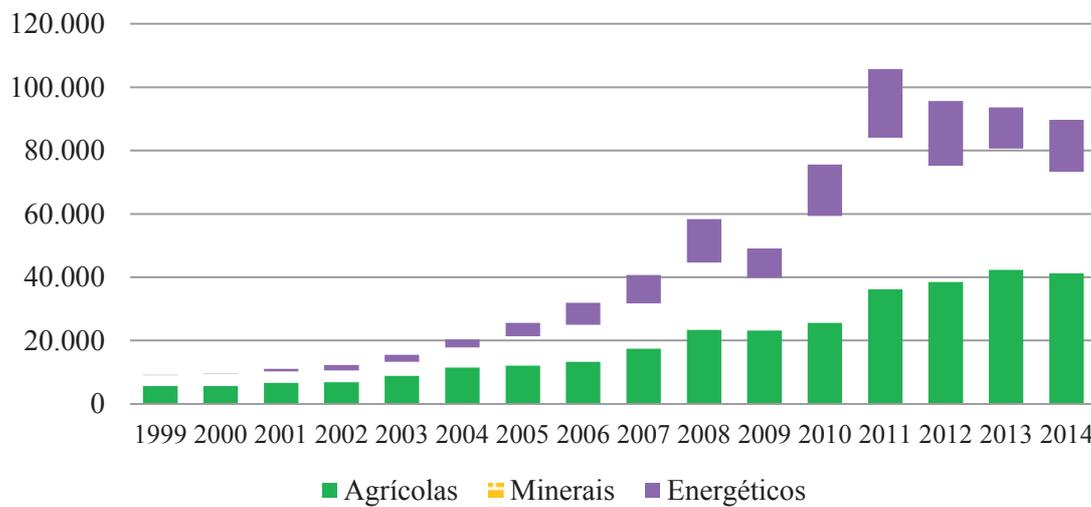
Fonte: Funcex. Elaboração própria.

Entre 1999 e 2009, os produtos primários com maior representatividade foram os agrícolas representados por sementes oleaginosas; cereais; frutas e legumes frescos ou refrigerados; café; cacau; fumo não manufaturado; madeiras brutas; couros e peles sem curtir; peixe fresco ou refrigerado, entre outros. E foram seguidos pelos produtos minerais³⁹ e energéticos⁴⁰. Em 2010, a posição dos produtos minerais e agrícolas se inverte, contudo, a partir de 2012 os produtos agrícolas voltam a liderar e atinge seu maior valor exportado em 2013, totalizando quase 42 bilhões de dólares (gráfico 13).

³⁹ Minério de ferro e seus concentrados; minerais metálicos; adubos brutos etc.

⁴⁰ Óleos brutos de petróleo; hulha; gás natural etc.

Gráfico 13 – Valor das exportações por grupo de produtos primários (US\$ milhões): 1999 a 2014.



Fonte: Funcex. Elaboração própria.

A elevação do índice de preços dos produtos básicos constatada nos anos 2000 impulsionou a exportação dessa classe de produto, de modo que possibilitou um aumento do índice de preços das exportações (gráfico 7). A redução desse índice verificada a partir de 2012 resultou na diminuição do valor exportado, entretanto, não impediu que estes produtos permanecessem na liderança da exportação, visto que o *quantum* exportado seguiu sua trajetória de crescimento (gráfico 5).

A inversão da composição da pauta exportadora observada a partir de 2010 contemplou os produtos primários. Entre estes, os produtos agrícolas representaram em grande parte do período o maior valor exportado em relação aos minerais e energéticos, e também em relação aos produtos manufaturados. Assim, a grande participação dos produtos agrícolas no total das exportações remete ao processo de reprimarização da pauta exportadora (GONÇALVES, 2001).

O fenômeno de reprimarização da pauta exportadora está relacionado ao efeito China, isto é, o aumento da demanda deste país por *commodities* concomitante às vantagens competitivas na produção de manufaturas. Outro argumento presente é o da desindustrialização, visto que, a política de desvalorização cambial da China produz um desalinhamento da taxa de câmbio acirrando a concorrência entre os produtos brasileiros e chineses, fato que faz com que as manufaturas brasileiras percam sua participação no mercado mundial (PEREIRA, 2014). Para Cano (2012), não ocorreu simplesmente uma especialização

regressiva, mas até mesmo uma desindustrialização precoce e nociva, dado à perda de competitividade das exportações industriais somada às importações de bens finais de consumo e de capital, e insumos industriais no geral, atingindo negativamente as cadeias produtivas da indústria nacional.

Em suma, as elevações do preço e do *quantum* dos produtos básicos fizeram com que essa categoria se tornasse a principal na pauta exportadora, e objeto de discussões que sugere o processo de reprimarização na composição da pauta, em especial devido à redução da competitividade da indústria brasileira⁴¹.

⁴¹ Para aprofundar a discussão sobre a desindustrialização no Brasil ver Cano (2012).

CONCLUSÃO

Esta monografia buscou analisar a evolução da pauta exportadora brasileira do período de 1999 a 2014, de modo a identificar sua mudança desde a adoção do regime de câmbio flexível. Para isso, procurou analisar o comportamento e a composição das exportações, enfatizando a participação por classe de produto no total do valor exportado, inclusive separando a dinâmica de preço da evolução do *quantum*.

Ao longo do período estudado, observou-se que as exportações brasileiras tiveram um crescimento significativo, saltando de US\$ 48 bilhões em 1999 para US\$ 225 bilhões em 2014. Este resultado positivo das exportações está relacionado ao comportamento do comércio internacional que apresentou um cenário expressivo de expansão da demanda de 2003 a 2008, contribuindo para uma trajetória de crescimento dos índices de preço e de *quantum* das exportações e da melhora dos termos de troca.

O grande destaque para contribuição no crescimento mundial atribuiu-se ao forte crescimento da economia chinesa ao longo dos anos 2000, que provocou a elevação dos preços das *commodities* no mercado mundial, bem como o aumento dos índices de preços externos em geral. Vale destacar que entre os anos 2000 e 2014, as relações comerciais entre Brasil e China cresceram mais que o comércio entre Brasil e o resto do mundo e que a partir de 2009 a China tornou-se o principal destino das exportações brasileiras.

A redução do fluxo de comércio internacional em virtude da crise financeira internacional de 2007/2008 resultou na queda de US\$ 45 bilhões das exportações em 2009, sendo possível notar sua recuperação já no ano seguinte. Em 2011, as exportações alcançaram o maior valor observado desde o início desse estudo, o equivalente a 256 bilhões de dólares. No triênio 2012-2014, o valor das exportações manteve um patamar elevado em relação aos anos anteriores correspondendo a uma média de US\$ 236,5 bilhões, entretanto, percebeu-se que o saldo da balança comercial reduziu em detrimento da elevação do valor das importações. Após um longo período de superávit comercial, em 2014, as exportações se mostraram insuficientes para equilibrar a balança comercial que incorreu em déficit de US\$ 4 bilhões.

Ao analisar as exportações por classe de produto no total do valor exportado, notou-se que entre os anos de 1999 e 2014 os produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados apresentaram um crescimento de 826%, 264% e 193% respectivamente. Até o ano de 2009 os

produtos manufaturados representavam a principal categoria da pauta exportadora e, a partir de 2010, o comportamento das exportações passa a ser guiado pela classe de produtos básicos.

Entre os produtos básicos, os agrícolas representaram em grande parte do período o maior valor exportado em relação aos minerais e energéticos. O setor de agricultura e pecuária obteve destaque com um crescimento contínuo nos anos selecionados e apresentou o maior aumento na participação do valor exportado quando calculadas as razões de concentração CR4 e CR8, contribuindo para a elevação do índice de concentração dos quatro e oito maiores setores do mercado. Segundo Gonçalves (2001), a grande participação de produtos agrícolas no total do valor exportado remete ao processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira.

A elevação do índice de preços dos produtos básicos constatada nos anos 2000 impulsionou a exportação dessa classe de produto, de modo que possibilitou um aumento do índice de preços das exportações e, por conseguinte, a melhora no índice dos termos de troca. Contudo, verificou-se que entre os anos de 2012 e 2014 o país se deparou novamente com um processo de deterioração dos termos de troca devido ao comportamento das *commodities* que sofreu uma queda associada à desaceleração da economia chinesa concomitante ao baixo dinamismo das economias desenvolvidas e ao excesso de oferta em diferentes produtos. Nesse sentido, pode-se afirmar que o setor externo brasileiro se mantém vulnerável às mudanças na economia mundial, dado que sua pauta exportadora é especializada em produtos de baixo teor tecnológico.

De modo geral, esse trabalho observou um processo de especialização regressiva da economia brasileira ao longo dos anos 1999-2014. Portanto, conclui-se que se permanecer a tendência de queda dos índices de preços das *commodities* nos próximos anos e se a exportação brasileira se mantiver especializada em produtos de baixa elasticidade-renda, haverá uma continuidade na deterioração dos termos de troca e da balança comercial, o que potencializa os riscos da economia brasileira se deparar com um cenário de restrição externa e de comprometimento do financiamento do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. China e Brasil: oportunidades e desafios. In: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011, p. 307-350.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Versão 2.1. Disponível em: < <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries> > Acesso em: 01/03/2016.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: Uma Resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Volume I. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 13-68.

BUSATO, M. I. **Crescimento econômico e restrição externa: um modelo de simulação pós-keynesiano**. 2011. 171f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p. 831-851, dez. 2012.

CARBINATO, D. A. **O papel das exportações no crescimento e na restrição externa: uma análise para a economia brasileira entre 1970-2006**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, V. R.; GIUBERTI, A. C. A história do crescimento econômico brasileiro e a restrição externa. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 28, n. 54, p. 41-69, set. 2010.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. Mudanças na pauta das exportações agrícolas brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 53-73, jan./mar. 2008.

_____. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

FAJNZYLBBER, F. Industrialização na América Latina: da “caixa-preta” ao “conjunto vazio”. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Volume I. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 851-886.

FERRAZ, F. C. **Crise financeira global: impactos na economia brasileira, política econômica e resultados**. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, D. M.; BRAGA, M. J. O *pass-through* cambial para as inflações regionais do Brasil no regime de metas. **Revista Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 31, n. 92, p. 25-38, mai./ago. 2015.

FREEMAN, C. The “National System of Innovation” in historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 19, n. 1, p. 05-24, Feb. 1995.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR. **Notas explicativas para as Características dos Produtos**. Disponível em: < http://www.funcexdata.com.br/br/notas/nv2_grupoprodsegorigsetintensosofatores.pdf > Acesso em: 07/04/2016.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GOMES, L. S. **Vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira no período de 2003-2008**. 2010. 48f. Monografia (Graduação) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GONÇALVES, R. Competitividade internacional e integração regional: A hipótese da inserção regressiva. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. especial, 2001. Disponível em: < http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%205/REC_5.Esp_02_Competitividade_internacional_e_integracao_regional_a_hipotes_e_da_insercao_regressiva.pdf > Acesso em: 09/04/2016.

JAIME JR, F. G.; RESENDE, M. F. C. Crescimento Econômico e Restrição Externa: Teoria e Experiência Brasileira. In: MICHEL, R.; CARVALHO, L. (Orgs.). **Crescimento Econômico: Setor Externo e Inflação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p. 8-36.

_____. Restrição externa ao crescimento: evidências recentes no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia**, Paraná, v. 4, n. 1, p. 05-17, jan./mar. 2008.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MACHOSKI, E.; CALDARELLI, C. E.; CAMARA, M. R. G. Exportações, balança comercial e taxa de câmbio no Brasil: uma análise do período 2000-2014. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 27, n. 1, p. 121-142, jan./jul. 2015.

MEDEIROS, C. A. **Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Orgs.). **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 105-134.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. DVD comemorativo dos 200 anos do comércio exterior brasileiro. Disponível em: < <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608> > Acesso em: 25/03/2016.

MISSIO, F. J.; JAYME JR, F. G. Restrição externa, nível da taxa real de câmbio e crescimento em um modelo com progresso técnico endógeno. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 367-407, ago. 2013.

MODENESI, A. M. **Regimes monetários: teoria e a experiência do real**. Barueri: Manole, 2005.

OREIRO, J. L.; LEMOS, B. P.; SILVA, G. J. C. A relação entre a elasticidade renda das exportações, a taxa de câmbio real e o hiato tecnológico: Teoria e Evidência. **Revista Economia & Tecnologia**, Paraná, v. 03, n.1, p. 97-108, jan./mar. 2007.

PEREIRA, L. V. O efeito China nas exportações em terceiros mercados: uma análise do *constant market share*. **Texto para discussão**, Brasília, n. 2002, ago/2014. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2002.pdf > Acesso em: 12/04/2016.

PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. América Latina e China: Limites econômicos e políticos ao desenvolvimento. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 12, jun/2015. Disponível em: < http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2015/TD_IE_012_2015_PINTO_CINTRA.pdf > Acesso em: 05/04/2016.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Volume I. Rio de Janeiro: Record, 2000a, p. 69–136.

_____. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Volume I. Rio de Janeiro: Record, 2000b, p. 179–215.

REIS, C. F. B. Tendências Advindas do Padrão de Exportações do Brasil: Menor Complexidade e Heterogeneidade Estrutural. **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**, São Paulo, n. 419, p. 11-14, ago. 2015.

THIRLWALL, A. P. **A natureza do crescimento econômico**: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. Brasília: IPEA, 2005.

VARIAN, H. R. **Microeconomia**: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ANEXO 1

Tabela 4 – Valor das exportações por fator agregado (US\$ milhões): 1999 a 2014.

Período	Produtos Básicos	Produtos Semimanufaturados	Produtos Manufaturados	Operações especiais*	Total
1999	11.828	7.982	27.331	872	48.013
2000	12.564	8.499	32.559	1.497	55.119
2001	15.349	8.242	32.959	1.736	58.287
2002	16.959	8.966	33.069	1.446	60.439
2003	21.186	10.945	39.764	1.308	73.203
2004	28.529	13.433	53.137	1.579	96.678
2005	34.732	15.963	65.353	2.482	118.529
2006	40.285	19.523	75.018	2.981	137.808
2007	51.596	21.800	83.943	3.311	160.649
2008	73.028	27.073	92.683	5.159	197.942
2009	61.958	20.499	67.349	3.189	152.995
2010	90.005	28.207	79.563	4.140	201.915
2011	122.457	36.027	92.291	5.265	256.040
2012	113.454	33.042	90.707	5.374	242.578
2013	113.023	30.526	92.945	5.540	242.034
2014	109.557	29.065	80.211	6.268	225.101

Fonte: Funcex. Elaboração própria.

* Estão incluídos os produtos não classificados.

Tabela 5 - Exportação por bloco econômico (US\$ milhões): 1999 a 2014.

	Asia	Europa	América do Sul	América do Norte	Oriente Médio	África	América Central/ Caribe	Oceania	País não declarado	Total
1999	5.744	15.596	9.434	12.430	1.485	1.336	1.012	269	706	48.013
2000	6.338	16.901	11.116	15.654	1.333	1.347	1.109	376	945	55.119
2001	6.975	17.478	10.275	16.825	2.030	1.989	1.411	275	1.030	58.287
2002	8.833	17.803	7.483	18.687	2.331	2.363	1.720	292	925	60.439
2003	11.772	21.463	10.155	20.663	2.807	2.862	2.008	350	1.123	73.203
2004	14.713	27.807	15.694	25.563	3.689	4.248	3.231	436	1.297	96.677
2005	18.723	31.917	21.202	28.831	4.288	5.981	4.996	533	2.059	118.529
2006	20.953	36.987	26.720	31.512	5.749	7.456	5.350	598	2.482	137.807
2007	25.286	47.282	31.868	31.936	6.399	8.578	5.750	702	2.848	160.649
2008	37.857	55.081	38.318	33.796	8.055	10.170	8.679	1.356	4.631	197.942
2009	40.434	39.969	26.968	20.128	7.552	8.692	6.080	558	2.614	152.995
2010	56.510	51.495	37.106	25.499	10.525	9.262	7.287	662	3.570	201.915
2011	77.133	62.322	45.189	33.032	12.276	12.225	8.126	923	4.814	256.040
2012	75.757	57.140	40.117	33.932	11.528	12.213	6.428	592	4.871	242.578
2013	78.275	55.818	41.112	31.795	10.954	11.087	8.313	545	4.135	242.034
2014	73.944	50.905	36.703	33.130	10.419	9.701	5.752	509	4.038	225.101

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração própria.

Tabela 6 - Participação dos quatro (k=4) e oito (k=8) maiores setores no total do valor exportado.

Setores da CNAE	1999	2004	2009	2014
k = 4				
Agricultura e pecuária	9%	9%	12%	16%
Produtos alimentícios	18%	17%	20%	18%
Metalurgia	11%	11%	9%	8%
Veículos automotores, reboques e carrocerias	10%	10%	-	-
Extração de minerais metálicos	-	-	9%	13%
k = 8				
Agricultura e pecuária	9%	9%	12%	16%
Extração de minerais metálicos	6%	5%	9%	13%
Produtos alimentícios	18%	17%	20%	18%
Celulose, papel e produtos de papel	4%	-	-	-
Produtos químicos	6%	5%	5%	5%
Metalurgia	11%	11%	9%	8%
Máquinas e equipamentos	5%	6%	4%	4%
Veículos automotores, reboques e carrocerias	10%	10%	6%	5%
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-	5%	-	-
Extração de petróleo e gás natural	-	-	6%	7%

Fonte: Funcex. Elaboração própria.